

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
MINAS GERAIS – MPMG**

**CONCURSO PÚBLICO
Nº 1/2022**



**Analista do Ministério Público –
História**

Manhã

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CARGO/ESPECIALIDADE: ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – HISTÓRIA

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Democracia

O conceito de democracia como “poder do povo” surgiu na Grécia antiga, aproximadamente no século V a.C. O termo *demokratia* é composto dos vocábulos *demos*, “povo”, e *kratos*, “poder”. A democracia é, assim, um regime político que pressupõe a existência de um governo direto ou indireto da população mediante eleições regulares para os cargos administrativos do país, do estado ou do município.

No entanto, o exato significado de “poder do povo” depende do período histórico e da sociedade que se tem como referência, assim como de diferenças conceituais e ideológicas. Por exemplo, ao longo da história, o atributo de cidadão já foi exclusivo de proprietários de terras, de homens brancos, de homens letrados, de homens e mulheres adultos etc.

Em nossos dias, existem diferentes concepções de democracia presentes na sociedade. Há os que defendem a ideia de democracia como algo que diz respeito apenas à esfera política (votar e ser votado, por exemplo). Outras aplicam também a áreas da vida econômica (como participar na definição do orçamento público de certa localidade), social (decidir sobre leis que tratem da vida privada, como questões ligadas à sexualidade ou à reprodução, como ocorre em relação ao aborto), cultural (opinar sobre que aparatos de cultura, como teatros e cinemas, e de lazer, por exemplo, parques e praças, serão instalados, em que quantidade e onde).

Essas diferenças indicam que as concepções de democracia sofrem influência de diferentes matizes ideológicos. Nas sociedades em que a participação popular nas decisões governamentais é significativa, o alcance da ideia de democracia perpassa as diferentes esferas da vida social. Há ainda casos de nações que pretendem impor seu sistema de democracia a outros povos, como ocorre nas intervenções armadas estadunidenses em outros países.

Quais seriam, então, as características necessárias para um governo democrático? É bastante difundida, em nossa sociedade, a ideia de que todos os indivíduos devem ter direitos e deveres iguais, quaisquer que sejam sua classe social, seu gênero, sua etnia. Mas o que parece tão óbvio é, na verdade, um dilema das sociedades contemporâneas e uma luta de diversos segmentos, que buscam reconhecimento e aceitação, bem como o atendimento de seus interesses.

O conceito de povo como coletividade que compartilha direitos e deveres considerados essenciais surgiu no período histórico denominado Idade Contemporânea (que começa com a Revolução Francesa, no fim do século XVIII). A partir do momento em que os seres humanos passam a ser vistos como juridicamente iguais é que se pode pensar em democracia, em um governo de todos, “do povo, pelo povo e para o povo”.

A democracia, no entanto, não foi o sistema político predominante na história. Desde sua formação, em Atenas, até o século XIX, poucos governos adotaram e, nos últimos séculos, a ampliação da participação popular sempre ocorreu em resposta à luta dos diferentes grupos excluídos do processo de tomada de decisão política. Portanto, ela sempre foi uma conquista das sociedades, não uma concessão das classes dominantes.

(*Sociologia em movimento. – 2ª ed. – São Paulo: Moderna, 2016. Vários autores.*)

Questão 01

Em um dos trechos a seguir, pode-se observar a perspectiva do enunciador acerca do assunto referido; indique-o.

- A) “Em nossos dias, existem diferentes concepções de democracia presentes na sociedade.” (3º§)
- B) “O conceito de democracia como ‘poder do povo’ surgiu na Grécia antiga, aproximadamente no século V a.C.” (1º§)
- C) “Por exemplo, ao longo da história, o atributo de cidadão já foi exclusivo de proprietários de terras, de homens brancos, [...]” (2º§)
- D) “Mas o que parece tão óbvio é, na verdade, um dilema das sociedades contemporâneas e uma luta de diversos segmentos, [...]” (5º§)

Questão 02

A partir do efeito de sentido produzido pelas relações estabelecidas no interior da frase e, ainda, em relação ao período imediatamente anterior; pode-se afirmar que o segmento destacado a seguir: “A democracia é, assim, um regime político que pressupõe a existência de um governo direto ou indireto da população mediante eleições regulares para os cargos administrativos do país, do estado ou do município.” (1º§) apresenta:

- A) Determinado propósito em relação ao fato expresso no período anterior.
- B) Indicação da introdução de um exemplo do conceito explorado anteriormente.
- C) Concordância conclusiva que parte de um conceito inicial e remete à aplicação prática deste.
- D) Conclusão do que seria, de fato, o conceito democrático por meio da exploração de ideias distintas.

Questão 03

“Há os que defendem a ideia de democracia como algo que diz respeito apenas à esfera política (votar e ser votado, por exemplo).” (3º§) Em relação à estrutura anterior, pode-se afirmar que:

- A) Caso a expressão “diz respeito” fosse substituída por “faz referência”, o emprego da crase seria facultativo.
- B) O verbo “haver” pode ser reconhecido como verbo impessoal podendo ser substituído pelo verbo “ter”, no uso coloquial.
- C) O vocábulo “apenas” atua como modalizador discursivo cuja carga semântica remete à ideia de exclusão versus inclusão.
- D) A forma verbal “defendem” constitui, com o verbo “haver”, uma locução verbal cuja concordância é estabelecida com o pronome que promove a manutenção do referente.

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Questão 04

Considerando o emprego dos mecanismos de coesão textual, observe as propostas de reescrita para o trecho em destaque e indique a sugestão em que a coesão foi mantida conforme observa-se no texto original.

“A democracia é, assim, um regime político que pressupõe a existência de um governo direto ou indireto da população [...]” (1º§)

- A) A democracia pressupondo a existência de um governo, seja direto ou indireto, da população [...]
- B) Assim, a democracia – regime político – pressupõe a existência de um governo direto ou indireto da população [...]
- C) Assim, a democracia como um regime político que pressupõe a existência de um governo direto ou indireto da população [...]
- D) A democracia é, assim, um regime político. Tal regime, pressupõe a existência, indiretamente, de um governo direto da população [...]

Questão 05

Em relação às ideias e informações apresentadas no texto, pode-se afirmar que:

- A) Tanto a economia quanto a política dependem de que a concepção de democracia esteja presente para que sejam estabelecidas em uma engrenagem social.
- B) Embora o conceito de democracia esteja diretamente relacionado à ideia de “poder do povo”, tal pressuposto mostra-se exclusivamente como uma ideia teórica.
- C) As várias concepções de democracia citadas no texto remetem ao período histórico da sociedade, sendo o fator temporalidade determinante e imprescindível para que haja tais distinções.
- D) O fato de o alcance da ideia de democracia estar relacionado a segmentos distintos constituintes da sociedade permite reconhecer a proporcionalidade quanto ao nível de envolvimento da população em questões específicas.

Questão 06

De acordo com o emprego no 4º§ do determinante “Essas” e sua função discursivo-textual, pode-se afirmar que tal vocábulo:

- A) Informa a relação com a pessoa do discurso.
- B) Estabelece uma relação de vínculo com as pessoas do discurso.
- C) Indica que o termo designado possui referente já introduzido no texto.
- D) Atribui relevância específica ao termo “diferenças” em relação ao enunciado.

Questão 07

A expressão empregada para introduzir o 2º§ do texto indica:

- A) Anulação das ideias expostas no parágrafo anterior.
- B) Relação de concessão mediante o conceito de democracia apresentado.
- C) Um nível maior de importância das informações e ideias expressas no 1º parágrafo sobre as do 2º parágrafo.
- D) Expressão de uma ressalva mediante o exposto anteriormente em relação à circunstância expressa no parágrafo.

Questão 08

Pode-se inferir que o 5º§ é introduzido por um questionamento que:

- A) Apresenta uma resposta que denota a perspectiva do enunciador.
- B) Atua como recurso de expressão retórica, promovendo a reflexão sobre o assunto.
- C) Tem como objetivo a obtenção de uma resposta de acordo com as reflexões propostas.
- D) Reforça as críticas feitas anteriormente às questões políticas, econômicas e sociais relacionadas à democracia.

Questão 09

A expressão destacada a seguir em: “em um governo de todos, ‘do povo, pelo povo e para o povo’.” apresenta concepções diferentes de acordo com o efeito produzido pelos conectivos que antecedem o substantivo “povo”. Assinale, a seguir, a alternativa que apresenta o sentido correto para cada uma delas, sequencialmente conforme apresentam-se no enunciado.

- A) Origem; destinação; propósito.
- B) Condição; elemento partitivo; modo.
- C) Prerrogativa; indicação do agente; finalidade.
- D) Relação com o assunto; meio; em benefício de.

Questão 10

Considerando a aplicação da norma padrão da língua, assinale a afirmativa correta.

- A) Em substituição a “Outras a aplicam [...]” (3º§), estaria correta a proposta da seguinte redação: “Outras aplicam-lhe [...]”, sendo preservado o mesmo nível de formalidade do trecho original.
- B) Em “Há os que defendem a ideia de democracia [...]” (3º§), se em lugar da expressão “ideia de democracia” houvesse apenas “democracia”, o “a” antecedente, obrigatoriamente, seria craseado.
- C) Em “[...] questões ligadas à sexualidade ou à reprodução, como ocorre em relação ao aborto [...]” (3º§), pode-se assegurar que os três termos destacados apresentam equivalência morfológica.
- D) Em “Outras a aplicam também a áreas da vida econômica [...]” (3º§), os termos destacados são equivalentes quanto ao significado; assim o primeiro “a” poderia ser omitido conferindo maior objetividade ao segmento.

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA E ÉTICA

Questão 11

“Existem diferenças intrínsecas entre empreendimentos públicos e empreendimentos privados. Essas diferenças devem ser de pleno conhecimento do servidor público, tanto na etapa de idealização quanto na implantação de escritórios de projeto, formação de equipes e execução de projetos. As esferas de governo federal, estadual e municipal são formadas por inúmeros órgãos, segmentos e pessoas (que não somente os agentes públicos); esses atores nem sempre compartilham os mesmos objetivos e, menos ainda, concordam na forma de gestão para alcançá-los.” São peculiaridades inerentes à administração pública que o servidor deve considerar quando da idealização e gestão de projetos, EXCETO:

- A) Existências de diferentes órgãos de controle nas diversas esferas de governo.
- B) Obediência a leis e normativos infralegais que regulam as contratações públicas.
- C) Obrigatoriedade de os recursos financeiros já terem sido devidamente recolhidos aos cofres públicos.
- D) Exigência de prestação de contas à sociedade em virtude do princípio da transparência e *accountability*.

Questão 12

Sobre gestão de projetos, analise as afirmativas a seguir.

- I. A forma de gerir os serviços públicos é diferente da adotada no setor privado em virtude de peculiaridades estruturais. Destaca-se que o setor privado é constituído por pessoas (físicas ou jurídicas) que envidam esforços na produção de bens e serviços, os quais trocam por valores monetários que permitem sua sobrevivência. Esse fato justifica os esforços na busca pela eficiência, tendo a lucratividade como objetivo a ser perseguido. No setor público, o objetivo não é o lucro, mas, sim, primordialmente, atender às necessidades da sociedade que, via de regra, é patrocinadora dos meios, via tributos a ela aplicados.
- II. Para um gerenciamento de projetos ser minimamente viável, no planejamento devem ser definidos, de maneira clara e detalhada, o objetivo que se pretende atingir, que entregas serão feitas e em qual prazo, quais atividades a cumprir, quais recursos serão empregados e de onde eles virão.
- III. Um projeto deve ter um líder, denominado “gerente do projeto”. Ele deve ser, obrigatoriamente, um gerente funcional da estrutura burocrática, o que fatalmente se constituirá em considerável desafio e limitações decorrentes das características próprias da gestão de projetos, essencialmente flexíveis e dinâmicas, em contraste com processos altamente normatizados e hierarquizados da administração pública.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.

Questão 13

Leia atentamente o excerto a seguir.

“Atualmente existem inúmeros projetos em andamento no Brasil, decorrentes do que se denomina programas de governo. Os programas, em tese, são selecionados a partir das necessidades da sociedade e contemplados nos Planos Plurianuais dos entes federativos, cujos órgãos executores tratam de elaborar os projetos preliminares, algumas vezes carentes de especificações e conhecimentos técnicos mais profundos. São essas carências na elaboração dos projetos que, após as licitações, ensejarão ajustes nos cronogramas físico-financeiros, gerando atrasos por falta de especificações técnicas, falta de materiais e equipamentos, falta de licenças legais e ambientais, extrapolação orçamentária e, ainda, falhas decorrentes da descentralização de recursos orçamentários entre União, Estados e Municípios, não devidamente consultados ou informados dos projetos, dentre outras causas possíveis.”

São considerados fatores que podem impactar positivamente a gestão de projetos na administração pública:

- A) Falha na averiguação de registro de propriedade de imóveis públicos antes do processo licitatório.
- B) Existência de metodologia para elaboração e gestão de projetos integrados com ações de engenharia, ações sociais e ações ambientais.
- C) Inexistência de recursos por parte de um ou mais entes federativos para contratação e elaboração de planos e projetos integrados.
- D) Existência de normas de regularidade fiscal que impedem o repasse de recursos a alguns municípios carentes, em débito com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Questão 14

Considerando que o PDCA (*Plan-Do-Check-Act*) é um método iterativo de gestão utilizado para o controle e a melhoria contínua de processos e produtos, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) As atividades de gestão de processos buscam, também, o estabelecimento de objetivos e metas, se tornando desnecessário o uso de indicadores.
- B) Aspecto importante da abordagem de processo é a percepção da visão do cliente. O cliente (no caso da administração pública, o cidadão) não enxerga uma atividade do processo, mas enxerga o produto ou serviço gerado pelo processo, que é o que atende efetivamente sua necessidade.
- C) Uma boa gestão de processos afeta positivamente todos os setores de uma organização, uma vez que busca a contínua melhoria das atividades, o atendimento efetivo das expectativas e necessidades dos clientes, facilita a administração do trabalho por parte dos gestores e possibilita a gestão do conhecimento.
- D) Para uma organização ser eficaz e eficiente, ela tem que identificar e gerenciar inúmeras atividades interligadas. Uma atividade que usa recursos e que é gerenciada de forma a possibilitar transformação de entradas em saídas é considerada um processo. Regra geral, a saída de um processo é a entrada para o processo seguinte.

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Questão 15

O Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos – Guia PMBOK (2008) do *Project Management Institute* – PMI, assim define projeto: “é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo. A sua natureza temporária indica um início e um término definidos. O término é alcançado quando os objetivos tiverem sido atingidos ou quando se concluir que eles não serão ou não poderão ser atingidos e o projeto for encerrado, ou quando não for mais necessário”. O PMBOK (2008) estabelece nove áreas de conhecimento em gerenciamento de projetos definidas em termos dos processos que compõem suas práticas, entradas, saídas, ferramentas e técnicas. Sobre as áreas de conhecimento em gerenciamento de projetos, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) Gerenciamento de escopo: processo de assegurar que o projeto inclui todo o trabalho necessário, e apenas o trabalho necessário para terminar o projeto com sucesso.
- B) Gerenciamento de comunicação: processos necessários para assegurar que as informações do projeto sejam geradas, coletadas, distribuídas, armazenadas, recuperadas e organizadas apropriadamente.
- C) Gerenciamento de riscos: processos de planejamento, identificação, análise, planos de contingência e monitoramento, visando aumentar a probabilidade dos eventos positivos e minimizar o impacto dos eventos negativos no projeto.
- D) Gerenciamento de recursos humanos: processos que integram os diversos elementos do gerenciamento de projetos, que são identificados, definidos, combinados, unificados e coordenados dentro dos grupos de processos de gerenciamento de projetos.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL

Questão 16

Gertrudes, Oficiala do Ministério Público, foi notificada acerca da apuração de irregularidades que teria cometido no exercício de suas funções. O inquérito administrativo narra que Gertrudes teria incorrido em duas proibições, a saber: (i) inobservância do dever de assiduidade e (ii) ter criticado certos atos da administração pública, em trabalho por ela assinado, sob o ponto de vista da organização do serviço e com caráter doutrinário. Considerando tal caso hipotético e de acordo com a Lei Estadual nº 869/1952, é correto afirmar que:

- A) Sendo imposta a penalidade de suspensão, esta prescreverá no prazo de cinco anos.
- B) A segunda proibição imputada a Gertrudes não encontra respaldo na referida lei estadual.
- C) Caso a penalidade a ser imposta a Gertrudes seja de demissão, esta poderá decorrer das conclusões a que chegar o inquérito administrativo, sendo dispensada a instauração de processo administrativo propriamente dito.
- D) O inquérito e o processo administrativo são procedimentos que correm de forma unilateral na administração pública, sendo permitido a Gertrudes se manifestar a partir da publicação da decisão do processo em que se impôs a penalidade.

Questão 17

De acordo com a Lei Estadual nº 869/1952, analise as afirmativas a seguir.

- I. Pedro, empossado em razão de concurso público, não satisfaz as condições de estágio probatório. Neste caso, a demissão de Pedro é medida que se impõe.
- II. Nilo reingressou no serviço público, com ressarcimento dos prejuízos decorrentes do afastamento, em razão de sentença judiciária passada em julgado. Nilo se enquadra na hipótese de reversão.
- III. Cristiano sofreu perda da capacidade funcional decorrente da modificação de seu estado físico, não justificando a aposentadoria. Cristiano, assim, deverá passar por reintegração.

Após análise dos itens, conclui-se que:

- A) Uma assertiva está incorreta.
- B) Duas assertivas estão incorretas.
- C) Todas as assertivas estão corretas.
- D) Todas as assertivas estão incorretas.

Questão 18

Analise as descrições de órgãos integrantes do Ministério Público de Minas Gerais a seguir.

- I. Será exercida por Procurador de Justiça ou Promotor de Justiça em atividade, com mais de cinco anos de carreira e escolhido livremente pelo Procurador-Geral de Justiça, cabendo-lhe, entre outras atribuições que lhe forem conferidas por ato normativo, a organização dos expedientes administrativos encaminhados à chefia da instituição.
- II. Entre outras atribuições previstas em regulamento, ao órgão incumbe realizar encontros locais e regionais e ciclos de estudo e pesquisa entre membros das Procuradorias e Promotorias de Justiça.
- III. Compete-lhe estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área de atividade e que tenham atribuições comuns.

Considerando as assertivas, assinale a associação correta das definições apontadas, de acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público.

- A) I. Conselho Superior do Ministério Público II. Central de Apoio Técnico III. Secretaria-Geral
- B) I. Corregedoria-Geral do Ministério Público II. Secretaria-Geral III. Centros de Apoio Operacional
- C) I. Secretaria-Geral II. Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional III. Centros de Apoio Operacional
- D) I. Gabinete do Procurador-Geral de Justiça II. Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional III. Central de Apoio Técnico

Questão 19

A respeito da organização do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), consoante previsão do Título II de sua Lei Orgânica, é correto afirmar que:

- A) A Corregedoria-Geral do Ministério Público é órgão de execução do MPMG.
- B) O Colégio de Procuradores de Justiça é considerado órgão auxiliar do MPMG.
- C) Os Grupos Especiais de Atuação Funcional são órgãos de administração do MPMG.
- D) A Ouvidoria do Ministério Público é um órgão de administração superior do MPMG.

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Questão 20

Tendo em vista as disposições encontradas na Lei Orgânica do Ministério Público, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () As contas do Ministério Público serão julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, nos termos da Constituição Estadual.
- () As decisões do Ministério Público fundadas em sua autonomia funcional, administrativa ou financeira, obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e executoriedade imediata, ressalvada a competência constitucional dos Poderes Judiciário e Legislativo.
- () É de competência do Conselho Superior do Ministério Público representar ao Poder Legislativo para a destituição do Procurador-Geral de Justiça.
- () O Procurador-Geral de Justiça será nomeado pelo Governador dentre os membros do Ministério Público do Estado com no mínimo dez anos de serviço na carreira, indicados em lista tríplice, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, observado o mesmo procedimento.

A sequência está correta em

- A) F, F, V, F.
- B) V, V, V, V.
- C) V, V, F, V.
- D) F, F, F, F.

NOÇÕES DE DIREITO

Questão 21

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, sendo seus princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional. Em relação à legitimidade do Ministério Público, é correto afirmar que:

- A) O Ministério Público tem legitimidade para a propositura de ação civil pública em defesa de direitos sociais relacionados ao FGTS.
- B) O Ministério Público de Contas tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua.
- C) O Ministério Público não tem legitimidade para propor ação civil pública com o objetivo de anular Termo de Acordo de Regime Especial firmado entre o Poder Público e contribuinte.
- D) Os Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal não têm legitimidade para propor recursos de decisões judiciais em trâmite no STF e no STJ, oriundos de processos de suas atribuições; sendo esta atuação privativa do Ministério Público Federal.

Questão 22

O Estado nomeou substituto para o exercício de função delegada de titular de serventia extrajudicial por motivo de vacância, sendo tal nomeação feita a título precário. Pretende o nomeado que a ele não se aplique o teto remuneratório previsto no Art. 37 XI da CF, a saber:

Art. 37... XI – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.

Fundamenta sua pretensão no princípio da isonomia, já que os titulares de tais serventias não estão limitados, em suas remunerações, ao teto constitucional; a pretensão do nomeado deve ser:

- A) Desacolhida, porque notários e registradores exercem atividade estatal; são titulares de cargo público efetivo, se sujeitando, portanto, ao regime jurídico dos servidores estatutários.
- B) Acolhida, sendo evidente que quem exerce a mesma função e tem as mesmas responsabilidades deve poder obter de seu trabalho a mesma remuneração, não sendo relevante a questão do ingresso na atividade através de concurso público.
- C) Acolhida, já que o fato de se encontrar vaga a serventia não desnatura o caráter privado dos serviços prestados na interinidade e que de maneira alguma essa circunstância torna o substituto um preposto do Estado, podendo usufruir de remuneração compatível com os ganhos na atividade.
- D) Desacolhida, já que, na hipótese, não se aplica o princípio da isonomia, dado não serem comparáveis as situações do notário concursado, o qual assume serventia extrajudicial após ter se submetido a certame público, assumindo os riscos de sua atividade e do substituto, que, na ausência do titular, responde de forma precária e temporária como interino, sem, contudo, ter se submetido a certame público.

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Questão 23

Em um município do país, determinada Lei Orgânica estabeleceu vedação, em todas as instituições municipais de ensino, de adoção e divulgação dos termos “gênero” e/ou “orientação sexual”, em sala de aula, ou em atividades culturais dentro da escola. A lei em comento é:

- A) Illegal, malferindo a competência exclusiva da União para legislar sobre as diretrizes da educação nacional.
- B) Constitucional e Legal, uma vez que a educação é dever das famílias e do Estado e visa à proteção integral dos infantes.
- C) Constitucional, uma vez que o Município tem competência complementar em tema de educação, adaptando-a à realidade local.
- D) Inconstitucional, por ofender o princípio da isonomia, reduzindo o campo de ensino e aprendizado dos alunos da rede municipal.

Questão 24

Analise as afirmativas a seguir; marque **V** para as verdadeiras e **F** para as falsas.

- () A contratação de pessoal efetivo pela administração pública, sem a observância das normas referentes à indispensabilidade da prévia aprovação em concurso público, culmina na nulidade do ato de admissão.
- () A publicação na rede mundial de computadores do nome do servidor público com seu respectivo salário não encontra apoio quer na legislação infraconstitucional, quer na constitucional, ofendendo o direito de privacidade.
- () É possível, à administração pública, inclusive em estágio probatório, estabelecer critérios alternativos para o regular exercício dos deveres funcionais inerentes a cargos públicos em face de servidores que invocam escusa de consciência por motivos de crença religiosa.

A sequência está correta em

- A) V, V, F.
- B) F, V, V.
- C) V, F, V.
- D) F, F, F.

Questão 25

A intervenção dos poderes públicos na liberdade de exercício de atividade, ofício ou profissão deve sempre manter correspondência com o objetivo de proteger a coletividade contra possíveis riscos indesejados da própria prática profissional. Considerando o afirmado, assinale a afirmativa correta, que completa o sentido do enunciado.

- A) Inviável a limitação do exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais, conforme normativa constitucional de eficácia plena.
- B) A restrição ao exercício profissional, em qualquer circunstância, representa aplicação limitadora de direito fundamental, sendo incompatível com o arcabouço constitucional.
- C) As limitações ao livre exercício das profissões serão legítimas somente quando o inadequado exercício de determinada prática representar risco de dano aos participantes da atividade desenvolvida.

- D) As incompatibilidades impostas ao exercício da advocacia para servidores do Judiciário e do Ministério Público são consentâneas com o papel conformador atribuído ao legislador em matéria de liberdade de exercício profissional.

Questão 26

Maria, Viviane e Vitória, estudantes, travaram discussão durante uma aula de Direito Constitucional com relação à correta classificação das seguintes normas segundo a sua eficácia, de acordo com a doutrina majoritária:

- I. Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
- II. É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- III. A lei regulará a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional.

Maria respondeu que a classificação correta dos itens, sucessivamente, seria contida, plena e limitada. Viviane, por sua vez, disse que o correto seria plena, contida e limitada. Vitória, por fim, afirmou que a classificação certa é limitada, contida e plena. Tendo em vista as informações apresentadas, conclui-se que:

- A) As três estudantes estão equivocadas.
- B) Maria está correta em sua classificação.
- C) Vitória está correta em sua classificação.
- D) Viviane está correta em sua classificação.

Questão 27

A respeito da matéria afeta aos contratos administrativos, com base na Lei Federal nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

- I. O instrumento de contrato nem sempre é obrigatório, havendo hipóteses em que a administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.
- II. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a dez mil reais.
- III. O contratado terá direito à extinção do contrato, dentre outras hipóteses, no caso de atraso superior a dois meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos, ou de parcelas de pagamentos devidos pela administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Questão 28

Salete, analista do Ministério Público, foi encarregada de analisar a condução de determinado processo administrativo conforme a Lei Estadual nº 14.184/2002. Segundo os ditames de tal diploma legal, é correto afirmar que Salete deverá observar as seguintes regras, EXCETO:

- A) É vedada a recusa imotivada de requerimento ou documento, e é dever do servidor orientar o interessado para a correção de falha.
- B) Quando o interessado declarar que fato ou dado estão registrados em documento existente em repartição da própria administração, deve esta, de ofício, diligenciar para a obtenção do documento ou de sua cópia.
- C) Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo terá prosseguimento e será decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilização de quem se omitiu no atendimento.
- D) Só será exigido reconhecimento de firma por imposição legal ou em caso de dúvida sobre a autenticidade do documento e a autenticação de cópia de documento pode ser feita por funcionário do órgão em que tramitar o processo.

Questão 29

No que tange aos atos e poderes administrativos, analise as afirmativas a seguir.

- I. Atos ablatórios ou ablativos são aqueles que restringem direitos do administrado, tal qual ocorre na cassação de uma licença.
- II. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- III. O instrumento disponibilizado à administração pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos traduz a essência de seu poder de polícia.

Assinale a alternativa correta.

- A) Uma assertiva está correta.
- B) Duas assertivas estão corretas.
- C) Três assertivas estão corretas.
- D) Todas as assertivas estão corretas.

Questão 30

Nos termos da Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, é correto afirmar que:

- A) Os dirigentes ou administradores da pessoa jurídica somente serão responsabilizados por atos ilícitos na medida da sua culpabilidade.
- B) É indelegável a competência para a instauração e o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica.
- C) O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica deve ser conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por, no mínimo, 3 (três) servidores estáveis.

- D) A existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica afasta a aplicação de penalidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 31

Em 18 de novembro de 2013, o Secretário de Estado dos Estados Unidos, *John Kerry*, fez um pouco notado discurso na Organização dos Estados Americanos (OEA) em que afirmou categoricamente que “a era da Doutrina *Monroe* terminou”. Tal assertiva carregava consigo um peso simbólico bastante significativo do ponto de vista das relações internacionais entre Estados Unidos e seus vizinhos ao sul e trazia à tona a oportunidade de um reexame desse, que é um dos mais longevos princípios de política externa dos Estados Unidos. A frase que ficou conhecida na história como resumindo o espírito da chamada Doutrina *Monroe* – “A América para os Americanos” – ajudou a consolidar a percepção de que a referida política tinha como alvo a totalidade do continente americano. Ainda que o próprio presidente *Monroe* jamais tenha proferido tal frase durante o seu discurso anual ao Congresso dos Estados Unidos em 1823, considerado o marco da Doutrina *Monroe*, o mandatário norte-americano foi muito claro ao declarar em um determinado momento do discurso que “devemos considerar qualquer tentativa da parte deles [europeus] de estender seu sistema para qualquer parte desse hemisfério como um perigo para a nossa paz e segurança”.

(Uma política para o continente – reinterpretando a Doutrina *Monroe*. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7329201400307>.)

Prestes a completar os seus dois séculos de sua declaração, a Doutrina *Monroe* já gerou inúmeros debates, tanto quanto episódios considerados controversos por parte de outras nações em relação aos Estados Unidos da América. Sobre os países da América Latina, especificamente no século XIX:

- A) Estados Unidos era visto como um aliado, único capaz de garantir suas independências econômicas e políticas das potências europeias.
- B) O presidente *James Monroe* esclareceu que o escopo geográfico de sua doutrina aplicava-se à toda América Latina e às nações de suas relações.
- C) Muitos países, cuja independência em relação aos europeus ainda era recente, estavam ainda mais ligados à Europa do que aos seus vizinhos americanos.
- D) Não havia nenhum tipo de interação entre os países independentes no continente americano, e a função da doutrina seria controlar o continente como um todo.

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Questão 32

FPI do São Francisco identifica dois novos sítios arqueológicos no Sertão de Alagoas

A Fiscalização Preventiva Integrada (FPI) do Rio São Francisco identificou, em Água Branca, no Sertão de Alagoas, dois novos sítios arqueológicos. Localizados numa área próxima ao Morro do *Craunã*, os dois painéis de pinturas e gravuras rupestres não estão cadastrados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), mas já eram conhecidos pelos moradores mais antigos da região, que batizaram o local de Pedra do Letreiro. A denominação “Pedra do Letreiro”, se deve à densidade de pinturas rupestres que ali se encontram. São dois painéis relativamente preservados contendo uma quantidade significativa de pinturas e gravuras rupestres.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) reconhece, hoje, cerca de 19 mil sítios arqueológicos no Brasil. Entre eles, sítios com pintura rupestre ou de arquitetura colonial, e até regiões de importância etnográfica. Através desses sítios e de outros processos, muito da história pré-cabralina e de outros períodos históricos do Brasil vem sendo escritos.

(Disponível em: <https://tribunahoje.com/noticias/interior/2022/12/01/112919-fpi-do-sao-francisco-identifica-dois-novos-sitios-arqueologicos>. Adaptado.)

Sobre o período anterior à chegada dos lusitanos, é correto afirmar que:

- A) Os chamados paleoíndios eram organizados em pequenas comunidades ou, de preferência, andavam individualmente, cada um como responsável pela sua caça e sua proteção.
- B) De acordo com pesquisas realizadas através de vestígios arqueológicos, os primeiros grupos humanos dominavam o uso do fogo para cozinhar e se proteger contra o ataque de animais.
- C) As feições negroides dos primeiros homens da América conduziram os pesquisadores à conclusão de sua origem especificamente africana, considerando o formato do crânio e a cor da pele desses espécimes humanos.
- D) Uma característica importante dessas sociedades era o fato de, ao contrário de outros ameríndios, não dominarem técnicas agrícolas de forma autossuficiente, o que os manteve, por grande parte do período, propícios ao nomadismo.

Questão 33

Os anos 1980 e 1990 são, usualmente, considerados momento de inflexão da historiografia em nosso país, com a decadência das metanarrativas iluminista e marxista e das teses de longa duração. Ao promover diálogo interdisciplinar com a antropologia e a teoria literária, os historiadores brasileiros teriam propiciado a ascensão da micro-história e da história cultural. Muitos se valeriam de novas fontes para meditar sobre representações e privilegiariam recortes temporais recentes e recortes espaciais em território nacional, regionais ou locais.

(Tendências Historiográficas – Resenha Crítica. Disponível em: resenhacritica.com.br. Adaptado.)

A mudança de bases teóricas, com inspirações na Nova História e em autores como Michel Foucault; Edward Thompson; Walter Benjamin; Clifford Geertz, dentre outros, alavancaria o enfoque, principalmente:

- A) De temas, objetos e sujeitos históricos até então apagados, personagens comuns, pouco usuais em narrativas históricas anteriores.
- B) Nas narrativas acadêmicas, dissociadas de recortes temporais, e, pelo contrário, imbuídas de critérios comuns aos vários períodos analisados.
- C) Da perspectiva oficial, com o emprego gradual e frequente de certas narrativas objetivas, geradas no consenso analítico de estudiosos consagrados.
- D) De tendências historiográficas entendidas como conjuntos resultantes prioritariamente da história documental, laboratorialmente comprovada.

Questão 34

O modelo de socialismo soviético: uma avaliação

Na verdade, para um país atrasado e primitivo, isolado de ajuda estrangeira, a industrialização sob ordem, com todos os seus desperdícios e ineficiências, funcionou de modo impressionante. Transformou a URSS numa grande economia industrial em poucos anos. Contudo, o sistema manteve o consumo da população lá embaixo – em 1940 a economia produziu apenas pouco mais de um par de calçados por cada habitante na URSS. Deu-lhe trabalho, comida, roupa e habitação a preços controlados (ou seja, subsidiados), aluguéis, pensões, assistência médica e uma certa igualdade, até que o sistema de recompensas com privilégios especiais para a *nomenklatura* se descontrolou após a morte de *Stalin*. Muito mais generosamente deu educação. A transformação de um país em grande parte analfabeto na moderna URSS foi, por quaisquer padrões, um feito impressionante. E para milhões de habitantes das aldeias para os quais mesmo nos tempos mais difíceis, o desenvolvimento soviético significou a abertura de novos horizontes.

(HOBBSAWM, Eric., 1995, p. 372/378. Adaptado.)

O modelo de desenvolvimento soviético durante os anos 30 e dos pós-guerras mundiais serviu de inspiração para vários países, que passaram a adotar o planejamento estatal para perseguir a sua industrialização. Entre esses países se destacam China, Cuba e outros da Europa Oriental. Esse modelo, que para os teóricos da revolução comunista internacional era uma sociedade superior ao capitalismo:

- A) Começou, a partir principalmente da década de 1970, a dar sinais de desaceleração econômica e de desestrutura do Estado.
- B) Aboliu definitivamente a propriedade privada dos meios de produção, transformada em propriedade exclusiva dos trabalhadores.
- C) Extinguiu na maior parte do século XX, as desigualdades geradoras das crises econômicas, do desemprego, dos desperdícios de recursos naturais e humanos.
- D) Superou as contradições sociais da população, através do planejamento coletivo do processo de produção e distribuição, de fato, nos países onde foi adotado.

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Questão 35

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 216, ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, substituindo a denominação Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro. Essa alteração incorporou o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial. Enquanto o Decreto de 1937 estabelece como patrimônio “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”, o Art. 216 da Constituição conceitua patrimônio cultural como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

(Página. IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Adaptado.)

Nessa redefinição promovida pela Constituição, estão as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; dentre outros elementos. A Carta Magna estabelece também:

- A) Uma gradação de importância, considerando patrimônios materiais mais importantes que patrimônios imateriais, por conta, principalmente, do valor financeiro de cada um.
- B) Que o reconhecimento de bens como patrimônios históricos e culturais no Brasil, como em qualquer outra nação, depende da aprovação e do reconhecimento exclusivo da Unesco.
- C) A obrigatoriedade de estudar sistematicamente cada um dos patrimônios culturais sejam eles, materiais ou imateriais, arqueológicos ou científicos, nas aulas de história em seus mais variados níveis de escolaridade.
- D) A parceria entre o poder público e as comunidades para promoção e proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, embora mantendo a gestão do patrimônio e da documentação relativa aos bens principalmente sob responsabilidade da administração pública.

Questão 36

O trabalhador assalariado não está na mesma situação frente à exploração capitalista. Os trabalhadores assalariados só possuem a força de trabalho, que devem vender aos capitalistas para poder sobreviver. Em todos os tempos, as classes exploradas lutaram contra a exploração. A diferença entre o trabalho servil e o trabalho assalariado consiste no fato de que o camponês/servo liberto da servidão pode tornar-se proprietário de seus instrumentos de trabalho e bens de produção (terra). O operário, o trabalhador assalariado que adquire o estatuto de proprietário dos bens de produção, deixa de ser assalariado. Torna-se capitalista. Essa situação é claramente traduzida pelo Manifesto do Partido Comunista: “os proletários nada têm a perder, a não ser as correntes que os atam”.

(A História das Internacionais Operárias. O Trabalho.)

Em 1864, representantes da classe operária de diversos países da Europa fundaram a Associação Internacional de Trabalhadores, posteriormente conhecida como Primeira Internacional Socialista. Entre os objetivos da organização estava:

- A) Estabelecer de forma legal a diferença entre trabalho servil e assalariado; legalizar a situação das mulheres no ambiente fabril; e, eliminar de vez a chamada “mais-valia”.
- B) Providenciar a isonomia salarial e cultural entre homens e mulheres no trabalho industrial; impedir o uso da mão de obra infante-juvenil; e, criar os primeiros sindicatos proletários.
- C) Obter o reconhecimento legal dos sindicatos; promover a solidariedade a todos os trabalhadores e às suas lutas; e, conquistar o poder político por meio de partidos genuinamente operários.
- D) Divulgar as ideias marxistas; dissociar a luta operária das questões ideológicas socialistas e/ou anarquistas; e, conquistar adeptos para a luta de classes, a ser empreendida inicialmente no meio industrial.

Questão 37

Relatório da ONU de 2021: povos indígenas e comunidades tradicionais são os melhores guardiões das florestas da América Latina e do Caribe

As taxas de desmatamento na América Latina e no Caribe são significativamente mais baixas em áreas indígenas e de comunidades tradicionais onde os governos reconhecem formalmente os direitos territoriais coletivos. Melhorar a segurança da posse desses territórios é uma maneira eficiente e econômica de reduzir as emissões de carbono. Essa é uma das principais conclusões do novo relatório “Povos indígenas e comunidades tradicionais e a governança florestal” da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe (FILAC). Entre outros resultados, o documento mostra que a taxa de desmatamento dentro das florestas indígenas onde a propriedade da terra foi assegurada é 2,8 vezes menor do que fora dessas áreas na Bolívia, 2,5 vezes menor no Brasil e 2 vezes menor na Colômbia.

(Novo Relatório da ONU: povos indígenas e comunidades tradicionais são os melhores guardiões das florestas da América Latina e do Caribe. As Nações Unidas no Brasil.)

Especificamente no que diz respeito aos povos indígenas do Brasil, principalmente em relação à demarcação de terras:

- A) Estamos passando por uma ampla burocracia e por interesses diversos, sendo a demarcação de terras o pivô de muitas disputas por território no país.
- B) A aprovação da demarcação fica a cargo exclusivo da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), embora precise ter o aceite unânime da comunidade local.
- C) Cabe ao Presidente da República efetuar o reassentamento de indígenas, desde que comprovada a ancestralidade e a disponibilidade de terras devolutas.
- D) Acompanhando o cenário do restante da América Latina, o Brasil reconheceu por todo o território, plena e formalmente, os direitos de propriedade coletiva de seus indígenas.

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Questão 38

Uma matéria publicada no jornal O Estado de S. Paulo, no dia 30 de janeiro de 2022, mostra, com base nos dados consolidados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, que o número de operações da Polícia Federal para resgatar trabalhadores em condições análogas à escravidão aumentou 470% em 2021 em relação a 2020. Também houve um crescimento no número de investigações: foram abertos 306 inquéritos sobre trabalho escravo em 2021, um aumento de 30% em relação a 2020. Segundo dados obtidos pela Agência Senado, entre 2016 e 2020, o Ministério Público do Trabalho (MPT) recebeu mais de seis mil denúncias relacionadas ao trabalho escravo, aliciamento e tráfico de trabalhadores no Brasil. Só em 2020, mais de 900 trabalhadores foram resgatados de situações análogas ao trabalho escravo.

(Trabalho escravo no Brasil. Até quando? Portal OESTADONET.)

Houve um longo tempo em que notícias de trabalho escravo não causavam espanto; pelo contrário, a abolição sistemática do trabalho escravo é um assunto que atravessou a história do nosso país e do mundo ao longo de muito tempo. Uma questão que estava diretamente ligada à abolição da escravidão era a proibição do tráfico negro. No caso do nosso país, foi um fato em evidência e que:

- A) Acabou se tornando inevitável após uma intervenção direta da Inglaterra e da criação de leis internas no Brasil.
- B) Só se tornou realidade a partir da iniciativa exclusiva do empresário e industrial Irineu Evangelista – o barão de Mauá.
- C) Acabou sendo levado a termo a partir da “Lei de Terras”, que exigia mudanças drásticas na forma de trabalho utilizada na agricultura.
- D) Consagrou-se com a “Revolta dos jangadeiros” no Ceará, que se negavam a transportar escravos nos navios que se dirigissem ao sudeste do país.

Questão 39

No primeiro volume de sua trilogia “A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura” (2000), antes de dar início à sua extensa análise dos efeitos da revolução das tecnologias da informação, *Castells* procura identificar os fatores que transformam o desenvolvimento de uma nova tecnologia em uma revolução tecnológica. Restringindo o escopo de sua análise aos últimos 250 anos, julga ser importante fazer um levantamento dos aspectos invariantes daquelas que vê como as duas Revoluções Industriais: a desencadeada no final do século XVIII pela descoberta da energia a vapor e aquela gerada, na segunda metade do século XIX, pela invenção da energia elétrica. Segundo ele, entre as duas há muitas diferenças que, pelo próprio fato de serem cruciais, ressaltam os aspectos que ambas têm em comum. E são exatamente as características partilhadas por diferentes revoluções geradas por diferentes desenvolvimentos tecnológicos que, a seu ver, oferecem subsídios preciosos para uma compreensão da lógica das revoluções tecnológicas. Entre essas, destacam-se as seguintes: uma transformação tecnológica em aceleração e sem precedentes em comparação com os padrões históricos; a difusão das novas tecnologias por todo o sistema econômico; e, a penetração dessas mesmas tecnologias em todo o tecido social.

(Castells, M. 2000.)

A industrialização na Inglaterra foi muito mais do que o fruto de uma revolução técnica e científica. Se pensarmos na sua espacialidade e temporalidade, percebemos que sua abrangência é imensa. Em relação mais especificamente às questões do trabalho:

- A) O trabalho passou a distinguir o homem da mulher e a qualificá-lo, tornando-se um indicador de sua posição de superioridade na manutenção da família e na gestão do lar.
- B) Ela representou uma mudança social profunda na medida em que transformou a vida dos indivíduos, que passaram a incorporar em seu trabalho a preocupação ambiental.
- C) O controle técnico do processo de produção, no momento em que se instituiu a divisão do trabalho, trouxe uma maior autonomia de cada trabalhador em relação à sua produtividade.
- D) O que antes era visto como o castigo divino pelo pecado original, apregoado pela Igreja Medieval, passou a designar uma condição básica para a salvação diante de Deus, que poderia propiciar riqueza e dignidade.

Questão 40

Quilombo Mimbó, no Piauí, relata que racismo teria sido cometido dentro da comunidade

Em uma publicação no Instagram, o Quilombo *Mimbó*, localizado na cidade de Amarante, no Piauí, denunciou um suposto caso de racismo cometido por um visitante dentro da comunidade. A publicação diz que um morador do quilombo sofreu agressões verbais em função da sua cor. A comunidade também relatou dificuldade em registrar um boletim de ocorrência denunciando o caso. Em publicação, disse que foram feitas tentativas. Na primeira, não teria sido possível por não registrar B.O. aos finais de semana. Já na segunda, porque teria sido informado que seria necessário informar o CPF do suspeito. O boletim de ocorrência foi registrado na cidade de Teresina, a cerca de 162 km de Amarante.

(Quilombo Mimbó, no Piauí, relata que racismo teria sido cometido dentro da comunidade. Piauí. G1. Disponível em: globo.com.)

No Brasil, segundo a Fundação Cultural Palmares, existem 3.447 comunidades quilombolas distribuídas por todas as regiões. Os quilombolas são os remanescentes de um grupo étnico-racial formado por descendentes de escravos fugitivos durante o período da escravidão no país entre outros grupos que viviam nos chamados quilombos. Os quilombolas, ainda na atualidade:

- A) Não têm o reconhecimento de suas cidadanias, nem a sua identidade étnica juridicamente reconhecida, assim como não possuem a garantia de posse de suas terras.
- B) Possuem uma identidade própria, que forma a base das suas organizações sociais e culturais construídas historicamente. Por isso, essas comunidades se diferenciam do restante da sociedade.
- C) Representavam a ocupação ilegal de terras para a formação de uma organização social contrária ao sistema colonial, sendo assim vistos por muitos como baderneiros, inclusive pela lei brasileira.
- D) Caracterizam-se não apenas pelo isolamento e autonomia, mas pela reprodução de modelos sociais e políticos mais próximos às vivências experimentadas na África, totalmente dissociados da cultura brasileira.

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Questão 41

Leonardo Da Vinci foi o curioso mais insistente da história. Perguntava o porquê e o como de tudo o que via. Descobre, anota: quando pode ver, desenha. Copia. Faz a mesma pergunta uma, duas, várias vezes. A curiosidade de Leonardo unia-se a uma energia mental incansável. Chega a ser cansativa a leitura de suas intermináveis anotações. Não se contenta com um sim por resposta. Não deixa nada de lado: preocupa-se, expõe, responde a interlocutores imaginários. De todas as perguntas, a mais insistente é a questão sobre o homem não o homem de espírito, razão e memória como um deus imortal de Alberti, mas o homem como mecanismo. Como anda? E ensina como se desenha um pé de dez maneiras diferentes, cada uma revelando componentes diversos na sua estrutura. Como o coração bombeia o sangue? O que acontece quando o homem espirra ou boceja? Como vive, quando feto, no útero? Por que morre de velhice? Leonardo descobriu um centenário num hospital de Florença, e esperou alegremente que ele morresse para examinar-lhe as veias. Cada pergunta exigia uma dissecação e cada dissecação era desenhada com precisão maravilhosa.

(CLARK, Kenneth. *Civilização. São Paulo, Martins Fontes, 1980. P. 155.*)

Inspirados nas obras da Antiguidade Clássica, os renascentistas começaram a refletir sobre o papel da natureza e dos fenômenos naturais de modo a explicá-lo melhor sob o ponto de vista da razão. Essa e outras mudanças:

- A) Quebravam definitivamente a ideia da intervenção divina tão propagada durante a Idade Média como, por exemplo, no caso da Peste Negra, vista como castigo divino.
- B) Levaram toda a interpretação racional e empírica a rumos tão incontroláveis, que as críticas sobre os documentos e falas da Antiguidade os levou à completa descrença.
- C) Contribuíram para a ascensão de classes sociais menos abastadas, uma vez que o conhecimento, divulgado com uma amplitude nunca antes experimentada, não obedecia a diferenças econômicas.
- D) Na reflexão da realidade em torno do ser humano, deram origem e dinamizaram diversas características, como possíveis formas de governo e os limites entre a religião e o Estado – que se tornaria laico.

Questão 42

Quando se estuda História, tem-se sempre a impressão de que houve um desenvolvimento contínuo e ininterrupto da humanidade rumo a um apogeu, cuja expressão é a civilização globalizada e tecnológica em que hoje vivemos. E mais que isso: tem-se a impressão de que ainda estamos caminhando rumo a um estágio mais aperfeiçoado ainda, como se o futuro tivesse sido “colonizado” por nós. O nome que se dá a esse tipo de “visão da História” sobre o seu destino – ou “especulação sobre o sentido do homem na Terra” – é filosofia da história.

(*Filosofia da História. Thomas Victor Conti. Disponível em: Academia.edu.*)

Quem usou pela primeira vez essa expressão foi o filósofo francês Voltaire, no século XVIII, no auge do Iluminismo. Os filósofos Georg W. F. Hegel e Auguste Comte, um alemão e um francês, respectivamente, também elaboraram suas filosofias da História. Em relação às características particulares de cada filósofo da História, é correto afirmar que:

- A) Essas tentativas de visões unitárias da História sempre acompanharam a humanidade desde os primórdios das civilizações.
- B) Nos séculos XIX e XX, tal empenho por parte dos pensadores cessou. O interesse sobre a filosofia da história praticamente sucumbiu.
- C) O homem conseguiu desenvolver o conhecimento científico e, a partir disso, criou concepções capazes de extinguir os dilemas da filosofia da história.
- D) Alguns pensadores secularizam a ideia da filosofia da história, superando em importância o valor de outras ciências, tais como a própria filosofia.

Questão 43

Arquivo é o conjunto de documentos produzidos e acumulados por um órgão ou entidade, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte.

(*Arquivo Nacional. Brasil. Gestão de documentos: curso de capacitação para os integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da administração pública federal. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. P. 15.*)

Em relação ao valor primário do documento de arquivo, assinale a afirmativa correta.

- A) Refere-se ao conjunto de documentos preservados em caráter definitivo.
- B) Trata-se do uso dos documentos como fonte de pesquisa e informação para fins de estudo.
- C) É atribuído a um documento em função do interesse que possa ter para o órgão ou entidade que o produziu.
- D) É atribuído a um documento em função do interesse que possa ter para o órgão ou entidade diferentes daquele que o produziu.

Questão 44

Art. 3º: Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública [...].

(*BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 07/12/2022.*)

Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos, assegurar:

- I. Gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso.
- II. Divulgação da informação sigilosa após três anos de sua produção.
- III. Divulgação da informação pessoal após setenta anos da sua produção.
- IV. Proteção da informação, garantindo sua disponibilidade e integridade.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) I, III e IV.

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Questão 45

Art. 12: A Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, unidade vinculada à Procuradoria-Geral de Justiça Adjunta Administrativa, tem por finalidade coordenar, orientar e deliberar sobre as diretrizes e os instrumentos de gestão documental no âmbito institucional.

(Resolução nº 06, de 15 de abril de 2019. Institui e regulamenta a Política de Gestão Documental e a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/diariooficial/DO-20190416.PDF>. Acesso em: 07/12/2022.)

Sobre a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) do Ministério Público de Minas Gerais, assinale a afirmativa correta.

- A) As reuniões ordinárias ocorrerão duas vezes por semestre.
- B) A Comissão será presidida por um servidor com formação em História.
- C) A Comissão tem a competência de autorizar a eliminação dos documentos.
- D) As deliberações serão tomadas pelo voto dos membros do nível decisório.

Questão 46

O patrimônio cultural imaterial manifesta vários aspectos na sociedade. Correspondem ao patrimônio imaterial; marque V para as alternativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Expressões orais.
- () Práticas sociais.
- () Técnicas artesanais tradicionais.
- () Rituais e atos festivos.
- () Expressões artísticas.

A sequência está correta em

- A) F, F, F, V, F.
- B) V, V, V, V, V.
- C) V, F, F, F, V.
- D) F, V, V, F, F.

Questão 47

Desde a sua criação, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) manifestou em documentos e publicações a importância da Educação Patrimonial [...].

(Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial. Organização Adson Rodrigo S. Pinheiro. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015. Acesso em: 07/12/2022.)

Em relação à educação patrimonial, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os bens culturais são suportes para a construção coletiva do conhecimento.
- II. É a construção isolada do conhecimento centrada nos acervos.
- III. As práticas de atividades cotidianas destoam da educação patrimonial por serem recentes.
- IV. Possui papel decisivo no processo de preservação do patrimônio cultural.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) III e IV.

Questão 48

De acordo com o Decreto-Lei nº 2, de 30 de novembro de 1937, que trata sobre organização e proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) As coisas tombadas pertencentes ao Estado são alienáveis por natureza.
- B) O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo.
- C) O patrimônio histórico e artístico nacional é o conjunto dos bens, cuja conservação seja de interesse público.
- D) Os negociantes de antiguidades são obrigados a ter um registro especial no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Questão 49

Documento é toda unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato, suscetível de ser utilizada para consulta, estudo, prova e pesquisa, por comprovar fatos, fenômenos, formas de vida e pensamentos do homem numa determinada época ou lugar.

(Arquivo Nacional. Brasil. Gestão de documentos: curso de capacitação para os integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da administração pública federal. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. P. 10.)

Referente aos documentos de arquivo, relacione adequadamente os conceitos ao seu respectivo termo.

- 1. Reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte.
- 2. Os documentos de arquivo são produzidos e acumulados em razão das funções e atividades desenvolvidas pelo órgão ou entidade.
- 3. Divisão de gênero que reúne tipos documentais por seu formato.
- 4. Divisão de espécie que reúne documentos por suas características comuns no que diz respeito à natureza de conteúdo.
- 5. Conjunto das características físicas de apresentação, das técnicas de registro e da estrutura de informação e conteúdo de um documento.

- () Espécie documental.
- () Gênero.
- () Organicidade.
- () Formato.
- () Tipo documental.

A sequência está correta em

- A) 1, 3, 5, 4, 2.
- B) 2, 4, 3, 5, 1.
- C) 5, 2, 4, 1, 3.
- D) 3, 1, 2, 5, 4.

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Questão 50

Sobre a preservação de documentos, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) Os objetos orgânicos a exemplo do papel são higroscópicos.
- B) A temperatura elevada aumenta a velocidade da degradação química dos documentos.
- C) A temperatura e a umidade relativa possibilitam a proliferação de mofo e insetos nos arquivos.
- D) As reações químicas dobram a cada variação de umidade relativa do ar e elevação de temperatura em 1° C.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser **ELIMINADO** do processo.

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DISCURSIVA/REDAÇÃO

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva é de caráter eliminatório e classificatório, constituída de texto dissertativo sobre tema da atualidade. Sendo avaliada na escala de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.
- A resposta à Prova Discursiva deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.
- A Prova Discursiva terá extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas. Será penalizado o candidato que não obedecer aos limites de número de linhas definidos, havendo desconto de 0,2 (zero vírgula dois) ponto por linha aquém do mínimo estipulado.
- Será desconsiderado, para fins de avaliação, qualquer texto que exceda o máximo de linhas estipulado ou que seja escrito fora do formulário próprio fornecido.
- O candidato receberá nota zero na prova discursiva em casos de conteúdo versar sobre tema diverso do estabelecido, de não haver texto, de manuscrito em letra ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, com espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à língua portuguesa escrita, ou em idioma diverso do Português, que não for redigida com caneta de tinta azul ou preta, cujo texto seja, no todo ou em parte, cópia, transcrição ou plágio de outro autor, bem como apresentar qualquer escrita, sinal, marca ou símbolo que possibilite a identificação.
- Por linha efetivamente escrita, entender-se-á a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se proposições, conjunções e artigos.
- A prova discursiva para todos os cargos abrangerá os seguintes itens de avaliação:

Aspectos Avaliados	Total de Pontos	Critérios de Avaliação
Argumentação e informatividade dentro do tema proposto – AI (originalidade, suficiência, correção, relevância e propriedade das informações).	6	De 0 a 1,5 – Ruim
		De 1,6 a 3 – Regular
		De 3,1 a 4,5 – Bom
		De 4,6 a 6 – Muito Bom
Coerência e Coesão – CC (organização adequada de parágrafos, continuidade e progressão de ideias, uso apropriado de articuladores).	6	De 0 a 1,5 – Ruim
		De 1,6 a 3 – Regular
		De 3,1 a 4,5 – Bom
		De 4,6 a 6 – Muito Bom
Morfossintaxe – M (emprego de pronomes, relação entre as palavras, concordância verbal e nominal, organização e estruturação dos períodos e orações, emprego dos tempos e modos verbais e colocação de pronome).	4	Desconto de 0,10 ponto por erro
Pontuação, acentuação e ortografia – PO.	4	Desconto de 0,10 ponto por erro
Valor total da Prova		20 pontos

Texto I

Segurança na internet: como agir para prevenir que crianças e adolescentes sejam vítimas de crimes virtuais?

Antes mesmo do início da pandemia de Covid-19 e do isolamento social, crianças e adolescentes já utilizavam diariamente aparelhos eletrônicos com livre acesso à *internet* e, conseqüentemente, às redes sociais. Após o início da pandemia, esse uso passou a ser mais intenso, pois esses ambientes virtuais se tornaram o principal âmbito de socialização e compartilhamento de informações.

Apesar de o artigo 227 da Constituição Federal vigente versar sobre o dever dos familiares, da sociedade e do Estado de assegurar às crianças e adolescentes direitos básicos e colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, o ambiente virtual ainda é um local pouco regulamentado. O cuidado extra que deveria vir das leis deve partir dos familiares, que podem orientar as crianças para um consumo consciente do meio virtual.

(O povo. 17 de novembro de 2021.)

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Texto II

A geração atual de adolescentes cresceu com a oportunidade de usufruir diretamente da tecnologia que invadiu nossas casas e nossas vidas, principalmente no que tange à comunicação, se tornando de uso obrigatório no dia a dia.

Essa comunicação digital apresenta aspectos positivos e negativos. Ao mesmo tempo em que permite o acesso à informação, também expõe crianças e adolescentes à ação de criminosos na *internet*. Assim, a criação de conteúdo sensível armazenado pelos próprios adolescentes em seus celulares, *smartphones*, *notebooks* e *tablets*, acaba alcançando dimensões inesperadas e desastrosas quando compartilhados na rede.

A Constituição Federal, em seu Art. 5º, inciso X, declara que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas”. Entretanto, como reparar esse dano diante de um mecanismo tão poderoso como a *internet*, que pode eternizar o compartilhamento de imagens e vídeos que degradam a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem de crianças e adolescentes vítimas de crimes virtuais, ainda mais diante de um terreno sem fronteiras, do ponto de vista tecnológico?

A sociedade e a comunidade possuem o dever de zelar pelo bem-estar e pela integridade física e moral desses jovens. É por isso, que, atualmente, se torna imprescindível a criação de mecanismos e de políticas que visem prevenir e coibir o compartilhamento de conteúdo de caráter sexual e íntimo na *internet*, a fim de evitar desfechos trágicos na vida de crianças e adolescentes.

(GONÇALVES, Priscila de Fátima. Disponível em: <https://www.fdsu.edu.br/arquivos/iniciacao-cientifica/anais-2014/artigos/20.pdf/>.)

Texto III

MPMG alerta: invasão de perfis no Instagram é um dos crimes cibernéticos de maior incidência neste início de 2022

Um crime cibernético tem chamando a atenção do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) neste início de ano: a invasão de perfis na rede social Instagram. De acordo com levantamento bruto de dados realizado pela Coordenadoria Estadual de Combate aos Crimes Cibernéticos do MPMG (Coeciber), somente em janeiro de 2022 foram registradas 388 ocorrências de acessos indevidos seguidos de golpes para obtenção de valores no estado de Minas Gerais. Esse número é quase 4 vezes maior do que a média do segundo semestre de 2021, que foi de 104 casos por mês. “Este é um dos golpes cibernéticos de maior incidência neste início de ano”, diz o coordenador da Coeciber, promotor de Justiça Mauro Ellovitch.

(Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/comunicacao/noticias/mpmg-alerta-invasao-de-perfis-no-instagram-e-um-dos-crimes-ciberneticos-de-maior-incidencia-neste-inicio-de-2022-8A9480677DC8F680017ED8D030C670F7-00.shtml>.)

Texto IV



(Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/eleicoes-2022-periodo-eleitoral/campanha-nacional-alerta-pais-e-responsaveis-sobre-riscos-para-criancas-e-adolescentes-na-internet-como-pornografia-infantil-e-pedofilia>.)

Considerando os textos apresentados, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

“Prevenção e combate aos crimes cibernéticos contra crianças e adolescentes”.

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS
DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO





INSTRUÇÕES

O uso de máscara durante a realização da prova é facultativo. O álcool em gel se encontra disponível para o uso dos candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço, abafadores auriculares, tampões e/ou similares, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios de qualquer tipo, pulseiras magnéticas, agenda eletrônica, calculadora, *notebook*, *smartphone* ou similar, máquinas fotográficas, controle de alarme de carro, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, bem como não será permitido o uso de notas, livros, anotações, régua de cálculo, códigos, manuais, impressos, manuscritos, códigos e/ou legislação ou qualquer outro material literário ou visual de consulta.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito. Os candidatos com cabelos longos devem comparecer com os cabelos presos, deixando as orelhas à mostra.
4. O caderno de provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para todos os cargos e 1 (uma) prova discursiva na forma de desenvolvimento de uma redação do tipo dissertativo sobre tema da atualidade.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Folha de Respostas (Gabarito) e na Folha de texto definitivo (prova discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. As provas terão duração de 4h30min (quatro horas e trinta minutos) horas para todas as funções. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Folha de Respostas (Gabarito) e na Folha de texto definitivo (prova discursiva).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Folha de Respostas (Gabarito) e a Folha de texto definitivo (prova discursiva) devidamente assinado em local específico.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) ou em qualquer outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente decorridas 2 (duas) horas do início de realização das provas, contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum deles insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de provas, para posterior análise feita pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.

- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.